ESTADO DO CEARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE

PROPOSTA DE EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE

Dá nova redação ao parágrafo 2º do Art. 157, acrescenta o parágrafo 4º ao Art. 157 e acrescenta o parágrafo 5º ao Art. 157 da Lei Orgânica Municipal de Juazeiro do Norte.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou em eu sanciono e promulgo a seguinte emenda à lei orgânica municipal:

Art. 1º - Dá nova redação ao parágrafo 2º do Art. 157 da Lei Orgânica Municipal que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 157 -....

§ 2º – A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para o Município, devendo o Poder Executivo implementar política de educação patrimonial nas escolas municipais.

Art. 2º - Acrescenta o parágrafo 4º ao Art. 157 com a seguinte redação:

§ 4º – Compete ao Poder Executivo o implemento de um observatório das políticas públicas de cultura, com a finalidade de acompanhar, por meio de dados e indicadores, o financiamento das políticas culturais municipais desde a sua concepção.

Art. 3º - Acrescenta o parágrafo 5º ao Art. 157 com a seguinte redação:

§ 5º – O Município aplicará nunca menos de 2% da receita resultante de imposto e transferência governamentais no implemento, manutenção e desenvolvimento das políticas culturais.

Art. 4º - A presente Emenda a Lei Orgânica do Município de Juazeiro do Norte entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Juazeiro do Norte, Estado do Ceará, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do ano 2023 (dois mil e vinte e três).

JACQUELINE GOUVEIA
Vereadora – MDB (Movimento Democrático Brasileiro)

JUSTIFICATIVA

O Direito a Cultura faz parte do arcabouço normativo constitucional. Logo, a consecução de normas para garantir a efetivação do Direito a Cultura é dever da administração pública, através dos poderes constituídos.

O setor cultural juazeirense, considerada sua pluralidade e efervescência, demanda atenção quanto ao desenvolvimento de políticas que tenham caráter perene e sejam sustentáveis. Logo, o implemento, desenvolvimento, realização e acompanhamento das políticas culturais, através de um observatório municipal, sendo garantido o financiamento do setor, garantem que estas políticas tenham caráter técnico e continuado, estabelecendo-se com o objetivo de realizar justiça social em um município que salvaguarda, fomenta e valoriza sua arte e cultura.